



Defensoria Pública
do Estado da Paraíba

C O N S E L H O S U P E R I O R

**ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA SESSÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2024/2026- REALIZADA NO DIA
24 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (24.02.2026), sob a Presidência da Defensora Pública-Geral Dra. Maria Madalena Abrantes Silva o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão ORDINÁRIA, o Subdefensor Público-Geral Institucional Ricardo José Costa Souza Barros, o Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá Filho, as Conselheiras Ryveka Campos Martins Bronzeado, Monaliza Maelly Fernandes Montenegro, Berthezene Barros da Cunha Lima Martins, Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues, e por videoconferência o Conselheiro Élson Pessoa de Carvalho, registrando ainda a presença da Ouvidora-Geral Inise Machado de Lima e do Presidente da Associação dos Defensores Públicos Everaldo Lira, para deliberar assuntos da Pauta: 1 - Leitura, aprovação e assinatura da Ata da 144ª (Centésima quadragésima quarta) Reunião Ordinária realizada em 22.01.2026; 2 - Apresentação do Edital de Remoção; 3 - Apresentação do Edital de Promoção para DP-4; 4 - Apreciação de minuta de Resolução que modifica dispositivos da Resolução nº 147/2025-DPPB/CS e Resolução nº 151/2025-DPPB/CS. 5 - Assuntos pertinentes a DPPB. A Presidente iniciou a sessão fazendo uma oração, em seguida, passou ao 1º(primeiro) item da pauta, informando que todos receberam a Ata, previamente, perguntando se todos estavam aptos a aprovar e assinar, sendo aprovada por unanimidade de seus membros; Em seguida, a Presidente passou ao 2º(segundo) item da pauta, e apresentou o Edital de Remoção; a conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado questionou a oferta

mm

d

o

son.

Ryveka

o

da 1ª Vara Regional de Execuções Penais da Comarca de João Pessoa, pedindo que fosse registrado em ata que seu questionamento é em relação a criação de uma vara que não existe na Lei Complementar, disse que entende a necessidade da apresentação do Edital de remoção, tendo em vista a grande demanda que existe e a necessidade de mais Defensores Públicos, mas também entende que o Conselho Superior não pode criar uma nova vara; após esclarecimentos o Edital foi aprovado por maioria, tendo em vista a Conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado votar pelo não oferecimento da citada Vara e a abstenção de votar do Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho; Seguindo a pauta a Presidente apresentou o 3º (terceiro) item da pauta e colocou em votação o Edital de Promoção para DP-4, após análise, foi aprovado por unanimidade; Seguindo a pauta a Presidente colocou, para apreciação e aprovação o 4º (quarto) item da pauta e passou a Apreciação de minuta de Resolução que modifica dispositivos da Resolução nº 147/2025-DPPB/CS e Resolução nº 151/2025-DPPB/CS, após ampla discussão a Resolução com as modificações foi aprovada por unanimidade de seus membros; Nos assuntos pertinentes a DPPB, a Presidente informou aos presentes sua preocupação com as transformações e a reorganização de unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba; falou ainda, de sua preocupação na retirada dos documentos pessoais das pessoas vulneráveis, informando que no próximo dia 28/2/2026, na sede da Defensoria Pública haverá uma ação para retirada da Carteira de Identidade Nacional (CIN) para Defensores Públicos, servidores e estagiários; Ainda nos demais assuntos, a Presidente colocou em votação a questão das cotas do I Concurso para servidores da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, pois a comissão do concurso detectou um equívoco na oferta das vagas por cotas, presente a reunião o Defensor Público Philippe Mangueira de Figueiredo foi chamado para esclarecimentos, após as informações prestadas, foi perguntando se, na opinião dos membros, deveria ser enviada nova Lei para a Assembleia Legislativa com a previsão ou se os membros escolhem não especificar as cotas; a Conselheira Monalisa Maelly Fernandes Montenegro sugeriu que o concurso continue com os prazos que já foram estabelecidos e ao

see

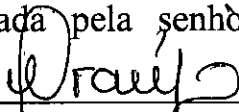
1

②

see.

Ryveka

Elson

mesmo tempo envie uma nova Lei para a Assembleia Legislativa com a previsão já estabelecida para não comprometer a realização do Concurso, sendo decidido por unanimidade de seus membros, que deverá ser encaminhada, com urgência, nova Lei com as devidas alterações. Concluídos os assuntos pertinentes a DPPB e vencida a pauta, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que será assinada pela senhora Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim,  Maria Auxiliadora Targino de Araújo, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, e por quem mais de direito.


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
PRESIDENTE


RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL


CORIOLANO DIAS DE SÁ FILHO
CORREGEDOR-GERAL


MONALIZA MAELLY FERNANDES MONTENEGRO
MEMBRO


WALDELITA DE LOURDES DA CUNHA FARIAS RODRIGUES
MEMBRO


ÉLSON PESSOA DE CARVALHO
MEMBRO


RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO
MEMBRO

Berthézene
BERTHEZENE BARROS DA CUNHA LIMA MARTINS
MEMBRO

Inise
INISE MACHADO DE LIMA
OUVIDORA

Everaldo
EVERALDO LIRA DE LIMA
REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS